



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 146, DE 2010

(nº 6.089/2009, na Casa de origem, da Deputada Fátima Bezerra e outros Senhores Deputados)

Declara Nilo Peçanha Patrono da
Educação Profissional e Tecnológica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica declarado Nilo Peçanha Patrono da
Educação Profissional e Tecnológica.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.089, DE 2009

Declara Nilo Peçanha Patrono da Educação Profissional e Tecnológica

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Nilo Peçanha, Patrono da Educação Profissional e Tecnológica.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este ano comemora-se o centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Neste dia 23 de setembro, e no decorrer de 2010, eventos nacionais, regionais e locais celebrarão esta iniciativa gestada no contexto da educação brasileira, em 1909, pelo presidente Nilo Peçanha. O presidente Nilo Peçanha assinou o Decreto nº 7.566, criando, em setembro daquele ano, dezenove "Escolas de Aprendizes e Artífices", subordinadas ao Ministério dos Negócios, da Agricultura, Indústria e Comércio.

O presidente Nilo Peçanha era filho de Sebastião de Sousa Peçanha, padeiro, e de Joaquina Anália de Sá Freire, descendente de uma família importante na política do Rio de Janeiro. Peçanha não era filho único, ele tinha mais quatro irmãos e duas irmãs. A família vivia pobremente em um sítio no atual distrito de Morro do Coco, Campos dos Goytacazes. O próprio presidente falava de suas origens muito humildes, dizendo ter sido criado com "pão dormido e paçoca". Nilo Peçanha, era afro-descendente. Por sua cor, foi descrito como sendo mulato e freqüentemente ridicularizado na imprensa em charges e anedotas que se referiam à cor da sua pele. Durante sua juventude, a elite social de Campos dos Goytacazes chamava-o de "o mestiço de Morro do Coco".

Em 1921, quando concorreu à presidência da República como candidato de oposição, cartas atribuídas falsamente ao candidato governista, Artur Bernardes, foram publicadas na imprensa e causaram uma crise política pois insultavam o ex-presidente Marechal Hermes da Fonseca, representante dos militares, e também Nilo Peçanha, outro ex-presidente, que era xingado de mulato. Gilberto Freyre, escrevendo sobre futebol, fez referência a Nilo Peçanha

como paradigma do mulato que vence usando a malícia e escondendo o jogo mencionando que "o nosso estilo de jogar (...) exprime o mesmo mulatismo de que Nilo Peçanha foi até hoje a melhor afirmação na arte política".

Nilo Peçanha terminou os estudos preliminares em sua cidade, Campos dos Goytacazes. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo e depois na Faculdade de Direito do Recife, onde se formou. Casou-se com Ana de Castro Belisário Soares de Sousa, conhecida como "Anita", descendente de aristocráticas e ricas famílias campistas. O casamento foi um escândalo social, pois a noiva teve que fugir de casa para poder se casar com um sujeito pobre e "mulato", embora político promissor.

Nilo Peçanha participou das campanhas abolicionista e republicana. Iniciou a carreira política ao ser eleito para a Assembléia Constituinte em 1890. Em 1903 foi eleito sucessivamente senador e presidente do estado do Rio de Janeiro, permanecendo no cargo até 1906 quando foi eleito vice-presidente de Afonso Pena.

Com a morte de Afonso Pena em 1909, assumiu o cargo de presidente. Seu governo foi marcado pela agitação política em razão de suas divergências com Pinheiro Machado, líder do Partido Republicano Conservador.

Apoiou o candidato Hermes da Fonseca a sua sucessão em 1910, contra Rui Barbosa e o presidente de São Paulo Albuquerque Lins candidatos de oposição que fizeram a campanha civilista que foi derrotada por Hermes. Os conflitos entre as oligarquias estaduais se intensificaram, sobretudo em Minas Gerais e São Paulo. Minas Gerais apoiou Hermes e São Paulo apoiou Rui Barbosa. Hermes da Fonseca foi eleito para governar de 1910 a 1914.

Durante seu governo presidencial, Nilo Peçanha criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), inaugurando o ensino técnico no Brasil.

Ao fim do seu mandato presidencial, retornou ao Senado e, dois anos depois foi novamente eleito presidente do Estado do Rio de Janeiro. Renunciou a este cargo em 1917 para assumir o Ministério das Relações Exteriores. Em 1918 foi novamente eleito senador.

Em 1921 foi candidato à presidência da República pelo Movimento Reação Republicana, que tinha como objetivo contrapor o liberalismo político contra a política das oligarquias estaduais. Embora apoiado pelas situações pernambucana, gaúcha e fluminense, e por boa parte dos militares, foi derrotado pelo candidato governista Artur Bernardes nas eleições de 1º de março de 1922.

Nilo Peçanha faleceu em 1924, no Rio de Janeiro, afastado da vida política.

As escolas criadas por Nilo Peçanha eram destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito nas unidades federativas. Tais escolas, que tempos depois viriam a ser denominadas CEFETs, surgiram em 18 unidades da federação - Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Campos/RJ, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

Três anos antes da data celebrada do aniversário do ensino profissionalizante e tecnológico, o então governador do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, havia instalado escolas profissionais para o ensino de ofícios, em Campos, Petrópolis e Niterói, além de uma unidade escolar para o ensinamento de práticas agrícolas em Paraíba do Sul. Neste ano realizou-se o "Congresso de Instrução" que apresentou ao Congresso Nacional projeto de promoção do ensino prático, industrial, agrícola e comercial.

Na época, o projeto previa a criação de campos e oficinas escolares a serem mantidos pela União e os Estados. O Senado destinou dotação orçamentária para que os Estados criassem Escolas Técnicas e Profissionais. Na Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro, foi criada a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro. A carência de força de trabalho atraiu a formação profissional.

No Brasil, a promoção da educação profissional, marcada desde os tempos remotos por descaso e exclusão, acompanhou vários ciclos econômicos. Em meio a uma série de fatos históricos e às complexas e polêmicas mudanças, a educação profissional que teve origem o presidente Nilo Peçanha foi retomada. No governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva foram promovidas várias mudanças desde o ano de 2003

Sopraram novos ventos. As Instituições federais assumiram uma nova política educacional, que além de investir nas questões formativas apontou para a importância de promover o desenvolvimento local e regional com vistas à melhoria da vida da população. A educação profissional passou a atuar integrada ao ideário da educação como direito. Assim propunha-se que a educação profissional se articulasse com as ações do desenvolvimento territorial sustentável, orientando-as para a formação de cidadãos e cidadãs emancipados.

Esse avanço promovido no ensino técnico e profissionalizante brasileiro não seria possível se o Presidente Nilo Peçanha não tivesse a iniciativa de criar as "Escolas de Aprendizes e Artífices", em 1909. É para resgatar todo o processo histórico desse ensino que estamos apresentando este Projeto de Lei, reconhecendo como Patrono da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, Nilo Peçanha.

Sala das Sessões, em 22 de setembro 2009.

Deputada **FÁTIMA BEZERRA**
PT/RN

Deputado **IRAM BARBOSA**
PT/SE

Deputado **CÂNDIDO VACCAREZZA**
Líder do PT

Deputado **MAURÍCIO RANDS**
PT/PE

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

Publicado no DSF, de 06/07/2010